

TENDÊNCIAS NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL

TRENDS IN SCIENTIFIC RESEARCH: STATE OF KNOWLEDGE ABOUT GENDER, SEXUALITY AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Daniela Finco¹

Douglas Paulino Barreiros²

Resumo: O artigo apresenta uma análise das pesquisas acadêmicas sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil, produzidas no Brasil entre os anos 2010 e 2021. Tem como referencial teórico-metodológico o estado do conhecimento, desenvolvido com o levantamento das dissertações, teses, e artigos a partir de uma lista de descritores para gênero, sexualidade e Educação Infantil. Apresentam-se dados quantitativos da produção sobre o tema ao longo dos anos e uma análise sobre as problemáticas investigadas. O estudo contribui para a sistematização e socialização do conhecimento na área e fomenta o campo da pesquisa acadêmica sobre sua temática.

Palavras-chave: Sexualidade; Gênero; Educação infantil; Estado do conhecimento.

Abstract: The article presents an analysis of academic research on gender, sexuality and Early Childhood Education, produced in Brazil between 2010 and 2021. Its theoretical-methodological reference is the state of knowledge, developed with the survey of dissertations, theses and articles, which was carried out based on a list of descriptors for gender, sexuality and Early Childhood Education. The work presents quantitative data on the academic research on the topic over the years and an analysis of the issues investigated. The study contributes to the systematization and socialization of knowledge in the area and promotes the field of academic research on its theme.

Keywords: Sexuality; Gender; Child Education; State of knowledge.



ESTE TRABALHO ESTÁ LICENCIADO COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS - ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.

1 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP. Professora Associada - Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: dfinco@unifesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5731-1091>.

2 Doutor em Educação e Saúde pela Universidade Federal de São Paulo - Professor de Educação Básica - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. E-mail: douglas.barreiros@servidor.educacao.sp.gov.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3709-1252>

Introdução

Este artigo apresenta um estudo a respeito do estado do conhecimento sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil. Em face dos crescentes movimentos ultraconservadores que acusam erroneamente as/os docentes de doutrinação pela suposta “ideologia de gênero” nas escolas, essa temática assume importância crítica e pertinente. Tem como base uma pesquisa de pós-doutorado, realizada no contexto do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância, Cultura e Sociedade, da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp³. A pesquisa considera que temáticas como gênero e sexualidade nas instituições educacionais para a infância constituem hoje temas de grande relevância nos estudos educacionais e sociológicos. Trata-se de uma mudança paradigmática envolvendo a concepção de criança, considerada como uma importante categoria social (Silva; Silva; Finco, 2020).

Esta pesquisa não apenas busca desmistificar equívocos e desinformações que circulam nos últimos anos, mas também procura fornecer uma base empírica para entender como tal temática é abordada academicamente. Ao identificar e analisar as abordagens pedagógicas respaldadas por pesquisas autênticas, o estudo do estado do conhecimento pode desempenhar um papel crucial na defesa da integridade acadêmica e na promoção de discussões informadas. Além disso, oferece subsídios para o desenvolvimento de estratégias educacionais que respeitem a diversidade, combatam estereótipos de gênero e proporcionem um ambiente inclusivo para crianças. Ao invés de uma suposta doutrinação, o foco recai sobre a construção de ambientes educacionais que respeitem a individualidade e preparem as/os estudantes para a compreensão crítica e a convivência em uma sociedade diversificada.

Assim, o presente artigo realiza um mapeamento de pesquisas envolvendo gênero, sexualidade e Educação Infantil no Brasil, no período de 2010 a 2021. Foram examinados dissertações, teses e artigos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Scielo Brasil e no Portal de Periódicos CAPES mediante uma lista específica de descritores para gênero, sexualidade e Educação Infantil. Em seguida, buscou-se realizar uma análise dos temas pesquisados

³ Nesse sentido, o presente artigo estabelece interlocução entre pesquisas de doutorado e pós-doutorado realizadas no Grupo, as quais tiveram como objetivo examinar os desafios contemporâneos enfrentados pela Educação Infantil no que concerne à formação da cidadania e à construção de uma sociedade mais justa e democrática. Esse propósito é efetivado por meio do aprimoramento das discussões relacionadas ao gênero, à sexualidade e à promoção dos Direitos Humanos, com especial atenção aos direitos das crianças.

no campo, bem como das lacunas existentes.

Uma proposta dessa natureza desempenha um papel crucial na compreensão da evolução desse campo multidisciplinar. Além de quantificar a produção acadêmica referida, podem-se analisar as diferentes perspectivas teóricas, temas emergentes e desafios enfrentados pelas pessoas envolvidas com a Educação Infantil, bem como pelos trabalhos acadêmicos. Essa abordagem minuciosa permite uma visão abrangente do desenvolvimento da pesquisa, identificando lacunas e oportunidades para futuras investigações.

Além disso, na apresentação dos dados, a produção acadêmica levantada foi dividida por região brasileira, por estado, por instituição de ensino e por área do conhecimento. Isso proporciona uma compreensão mais refinada das disparidades geográficas, das dinâmicas institucionais e das especializações temáticas. Trata-se não apenas do enriquecimento da compreensão a respeito da diversidade de abordagens no campo, mas também da contribuição para uma base mais sólida na formulação de políticas públicas e estratégias educacionais sensíveis às nuances regionais e institucionais. Essa abordagem visa contribuir para a construção de um panorama mais completo e informado sobre as dinâmicas interligadas a gênero, sexualidade e Educação Infantil no contexto brasileiro.

○ intervalo temporal delimitado em aproximadamente 10 anos é caracterizado pelos impactos do processo de ampliação do ensino superior durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2011, e de Dilma Rousseff, de 2011 a 2016. Nesse período, determinadas iniciativas de fomento ao ensino superior adquiriram maior visibilidade, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tais programas provocaram alterações no perfil dos estudantes que ingressaram nas instituições de ensino superior, notadamente com a presença do “estudante-trabalhador” e oriundo de áreas periféricas. Isso suscitou desconforto entre alguns docentes e jovens pertencentes à classe média, que previamente ocupavam esses espaços de forma excludente (Chaves; Amaral, 2016).

Esse contexto, conjugado com a progressão das políticas públicas no âmbito de gênero e diversidade sexual, suscitou reações e investidas conservadoras, acarretando prejuízos aos Direitos Humanos, em especial no que concerne à promoção da diversidade no campo educacional. Tais adversidades são observáveis na proibição do kit anti-homofobia em 2011, na interrupção da elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação, Gênero e Diversidade Sexual em 2013, e na exclusão do termo “gênero” do

Plano Nacional de Educação em 2014. Esse período é caracterizado por contendas ideológicas que revelam a ascensão de agendas conservadoras, as quais resultam na supressão ou restrição da agenda LGBTI+⁴. No ambiente escolar, a inclusão desses tópicos submete-se à concordância das famílias (Vianna; Bortolini, 2020).

As investidas conservadoras em diversas esferas sociais culminaram na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. No âmbito do projeto político de seu governo, o Ensino Superior e as Secretarias de Promoção da Diversidade e Direitos Humanos foram as primeiras áreas a serem submetidas a reformas substanciais. Os sucessivos ministros que ocuparam a liderança do Ministério da Educação implementaram, em meio a controvérsias públicas, cortes sucessivos nas alocações orçamentárias destinadas às secretarias, resultando em impactos negativos na produção de conhecimento. As justificativas para os cortes financeiros foram fundamentadas em discursos que visavam minar a credibilidade das instituições universitárias, retratando-as como locais de propagação de vícios morais e sexuais, e como promotoras da suposta “ideologia de gênero”, fundamentada na alegada “doutrinação comunista” (Megali Neto; Teófilo; Bastos, 2022).

Os impactos da agenda conservadora se manifestaram de maneira análoga no âmbito da Educação Infantil. As expressões reacionárias contrárias à “ideologia de gênero” fundamentam-se no argumento de proteção à família e às crianças, disseminando a concepção de que a abordagem de questões de gênero corromperia a inocência infantil, ao supostamente sensualizar e estimular precocemente a sexualidade, a homossexualidade e a desestruturação familiar (Leite, 2019). Em face da ampliação dessas investidas reacionárias sobre gênero e sexualidade no contexto educacional, torna-se imperativo empreender reflexões a partir das pesquisas concernentes ao tema. Tal empreendimento visa fortalecer o compromisso social e político da Educação Infantil com a promoção de processos educativos caracterizados pela democraticidade, inclusividade e laicidade. Nesse contexto, as análises neste artigo confrontam os desafios impostos pelo panorama cultural, político e econômico, delineados pelo movimento ultraconservador, que busca excluir a temática do domínio educacional.

A primeira parte apresenta as ofensivas dos movimentos antigênero, cujas incursões de natureza conservadora permeiam o campo educacional e vêm gerando pânico moral e perplexidade entre as famílias, especialmente no que tange às questões de gênero e sexualidade na infância. A abordagem crítica desse fenômeno se fundamenta em um diálogo aprofundado com estudos

4 Sigla para: “lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais, mais”.

recentes que abordam as complexidades relacionadas ao tema. Essa análise não apenas identifica a influência palpável desses movimentos no contexto educacional voltado para a infância, mas também destaca a relevância da metodologia de pesquisa na construção do estado do conhecimento em torno dessas temáticas. Reconhecendo a pertinência delas, este estudo propõe uma resposta fundamentada e informada, alinhada com as evidências e a análise crítica proporcionada pela referida abordagem. Com isso, procura-se não apenas contrabalançar os efeitos prejudiciais dos movimentos antigênero, liderados por fundamentalistas, reacionários e ultraconservadores, mas também enriquecer a compreensão reflexiva e informada dessas questões no âmbito educacional infantil.

Na segunda seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para realizar o mapeamento das pesquisas acadêmicas elaboradas durante o intervalo temporal que abrange os anos de 2010 a 2020. Esse levantamento não apenas expõe informações quantitativas anuais concernentes à produção acadêmica, mas também delinea as metamorfoses discerníveis nas temáticas de investigação durante o mencionado período. Adicionalmente, promove-se uma análise regional, enfatizando as distintas regiões geográficas do Brasil, as quais apresentam variações quanto à intensidade de estudos relacionados a gênero e sexualidade na Educação Infantil. Além dos resultados apontados, a segunda parte também desenvolve uma taxonomia dos estudos, classificando-os por temas, estados brasileiros, universidades, programas de pós-graduação e áreas do conhecimento, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e estratificada do panorama acadêmico nesse domínio específico.

Por fim, as considerações finais tecem críticas acerca da produção acadêmica a respeito de gênero e sexualidade na Educação Infantil. Enfatiza-se a importância de conceitos científicos e relacionais basilares como substrato essencial para o progresso do conhecimento nesta área específica. Salienta-se que tais conceitos se constituem como uma resposta fundamentada e substancial à retórica reacionária antigênero, funcionando não apenas como contraposição, mas como pilares essenciais que viabilizam avanços substanciais e assertivos no desenvolvimento do conhecimento nesse domínio. Portanto, busca-se não apenas questionar as limitações ou vieses presentes na produção de conhecimento, mas também ressaltar as bases epistemológicas e relacionais que podem orientar futuras investigações e contribuições significativas para o campo de estudo em questão.

1 Ofensivas dos movimentos antigênero

Os movimentos antigênero têm ganhado destaque principalmente nas últimas décadas, fenômeno que evoluiu gradualmente em resposta a mudanças sociais, políticas e culturais. É possível identificar o surgimento do termo “ideologia de gênero” na década de 1990, quando começou a ser utilizado inicialmente em fóruns religiosos e conservadores. A expressão foi empregada por setores da Igreja Católica que se opunham a mudanças sociais e avanços nos estudos de gênero, especialmente no contexto de debates sobre direitos LGBTI+ e questões relacionadas à sexualidade. Esses setores objetivavam, sobretudo, denunciar uma suposta conspiração que visaria à desconstrução das normas tradicionais de gênero e sexualidade. Os movimentos antigênero têm uma presença global, sendo observados em diversos países. Muitas vezes, eles estão associados a agendas políticas e religiosas conservadoras, que buscam manter ou restaurar padrões tradicionais de gênero. Esses movimentos muitas vezes estão interligados a outros agrupamentos reacionários, como o conservadorismo religioso e político. Essas ideias se difundem em diferentes esferas, incluindo a política educacional e a midiática (Junqueira, 2022).

A partir dos anos 2010, os movimentos antigênero se intensificaram, especialmente na esteira de debates públicos sobre direitos LGBTI+, avanços nos estudos de gênero e conquistas em prol da igualdade. Esses movimentos frequentemente se manifestam em oposição a políticas inclusivas, à educação sexual abrangente e a discussões sobre identidade de gênero. A ascensão dos movimentos antigênero no Brasil desempenhou um papel significativo como instrumento político na implementação de um regime de poder reacionário e ultraconservador. Nesse sentido, a disseminação do termo “ideologia de gênero” tornou-se uma estratégia eficaz para mobilizar setores conservadores da sociedade, gerando pânico moral e contribuindo para a construção de narrativas falaciosas (Furlin, 2021).

Essa estratégia desempenhou um papel crucial na consolidação de uma base de apoio que se alinhou ao discurso ultraconservador e contribuiu para a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Conhecido por suas posições reacionárias, Bolsonaro encontrou respaldo em eleitores mobilizados pelos temores instigados pelo movimento antigênero. Assim, sua ascensão ao poder reflete a convergência de agendas políticas reacionárias com discursos antigênero, consolidando um governo que promoveu políticas alinhadas a uma visão mais tradicional e restritiva de gênero e sexualidade (Schibelinski, 2020).

Nesse cenário, a instrumentalização do movimento antigênero no Brasil evidencia como discursos que exploram a retórica da “ideologia de gênero” podem ser utilizados como ferramentas políticas para consolidar regimes de poder reacionários, influenciar eleições e moldar a agenda política de uma nação. Esse fenômeno ilustra a interseção complexa entre questões de gênero, política e poder em um contexto nacional (Schibelinski, 2020).

Os movimentos antigênero, ao se manifestarem e ganharem influência na esfera educacional, impõem prejuízos significativos ao debate sobre gênero e sexualidade na Educação Infantil. Esses movimentos, muitas vezes fundamentados em discursos conservadores e desinformados, contribuem para a disseminação de estigmas e preconceitos, gerando um ambiente educacional que pode ser hostil e excludente. A resistência à discussão aberta sobre gênero e sexualidade na Educação Infantil perpetua estereótipos, reforçando normas tradicionais e limitando a compreensão das crianças sobre a diversidade humana. Isso contribui para a formação de futuras gerações com uma visão restrita e preconceituosa sobre as identidades de gênero e as orientações sexuais. Portanto, os impactos dos movimentos antigênero transcendem o ambiente escolar, afetando o desenvolvimento cognitivo e social das crianças e comprometendo a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade (Lionço et al., 2018).

Nesse contexto, um estudo aprofundado sobre o estado do conhecimento relativo a gênero, sexualidade e Educação Infantil emerge como uma resposta crucial para compreender a importância desses temas na formação integral das crianças. A abordagem acadêmica dessas questões propicia não apenas uma análise crítica dos danos provocados pelos movimentos antigênero, mas também proporciona bases para a implementação de práticas educacionais inclusivas e sensíveis às diversidades, assegurando, assim, um ambiente propício ao pleno desenvolvimento e equidade de gênero desde os primeiros anos de vida.

O método do estado do conhecimento, também conhecido como estado da arte, refere-se a uma abordagem sistemática utilizada em pesquisa para mapear e sintetizar o conhecimento existente sobre um determinado tema ou questão. Essa metodologia envolve a análise abrangente de estudos anteriores, revisões de literatura e outras fontes relevantes, buscando identificar lacunas no conhecimento existente, tendências emergentes e pontos de consenso ou divergência (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021). É essencial atentar para as especificidades inerentes a essa modalidade investigativa, dentre as quais destaca-se a necessidade de considerar tanto o tempo quanto o espaço nos quais as produções acadêmicas foram concebidas. No presente contexto,

adotaram-se como ponto de análise os elementos temporais, espaciais e temáticos, essenciais para uma compreensão aprofundada do modo pelo qual as produções acadêmicas se desdobram no cenário acadêmico (Morosini; Santos; Bittencourt, 2021).

Ao mapear e sintetizar as pesquisas e discursos acadêmicos nesse campo, é possível destacar as evidências científicas que desmistificam mitos perpetuados pelos movimentos antigênero. Além disso, o estado do conhecimento contribui para esclarecer as complexidades e nuances envolvidas na abordagem de questões de gênero e sexualidade na Educação Infantil, apresentando uma visão crítica e atualizada para contrabalançar as distorções propagadas por tais movimentos. Essa abordagem sistemática não apenas fortalece argumentos embasados em evidências, mas também identifica lacunas no conhecimento, orientando a pesquisa futura e promovendo práticas educacionais mais inclusivas e alinhadas com a diversidade. Assim, o estado do conhecimento emerge como uma ferramenta essencial na promoção de discussões esclarecedoras, construídas sobre uma base de pesquisa robusta, para confrontar e desarticular os discursos antigênero.

2 Metodologia

As pesquisas identificadas como estudos do estado do conhecimento desempenham uma função crucial ao aprofundar a compreensão da dinâmica dos debates presentes nas produções acadêmicas, permitindo a adaptação e progresso das abordagens temáticas no âmbito das investigações acadêmicas. No contexto científico, esse tipo de pesquisa é considerado relevante e imperativo, atuando como uma bússola orientadora que delinea os rumos trilhados por uma área específica de pesquisa. Esse delineamento inclui a identificação de avanços e transformações, considerando variáveis temporais e espaciais inerentes às produções acadêmicas, conforme destacado por Laville e Dionne (1999).

A condução dessas pesquisas requer uma abordagem meticulosa, concentrando-se em temáticas específicas. Também demanda a utilização de descritores ou palavras-chave estrategicamente selecionadas. A definição criteriosa desses descritores envolve a escolha de termos que melhor representem a área a ser mapeada, conforme argumentado por Morosini, Santos e Bittencourt (2021). Neste artigo, os descritores selecionados para o mapeamento das produções acadêmicas concentram-se na esfera do

gênero, da sexualidade e da Educação Infantil. Essa seleção de descritores permite uma análise mais precisa e abrangente das contribuições existentes nesse domínio acadêmico específico.

No que tange à lista de descritores utilizados para os estudos de gênero, foi adotado o TEG (Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres), reconhecido como a principal referência para a busca de indicadores de gênero no país. Para abordar questões de sexualidade e orientação sexual, recorreu-se ao Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero. No contexto da educação, o BRASED (Tesouro Brasileiro da Educação) foi consultado, considerando sua abrangência, a qual engloba a educação brasileira no cenário global e proporciona uma definição temática que congrega diversas áreas relacionadas à educação.

A configuração do grupo de descritores é parte integrante da metodologia dos estudos do estado do conhecimento, permitindo o acesso e a identificação das produções relevantes em uma determinada área ou campo de estudo. Nesse contexto, foi necessário compilar uma lista de descritores capaz de abordar a perspectiva desejada para os estudos de gênero, sexualidade e Educação Infantil. Eles foram organizados em três grupos, caracterizando o campo de estudo a ser mapeado e possibilitando a compreensão dos avanços e transformações ocorridos ao longo de uma década sobre as temáticas em questão. À medida que os levantamentos foram realizados, a lista de descritores foi ampliada, levando em consideração as palavras-chave recorrentes nos trabalhos identificados. O resultado deste processo pode ser visto no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Lista de descritores

Descritores		
Descritores para Gênero	Descritores para Sexualidade	Descritores para Educação Infantil
Gênero	Sexualidade	Educação Infantil
Identidade de Gênero	Sexo	Creche(s)
Diversidade de Gênero	Papéis Sexuais	Pré-escola(s)
Representações de Gênero	Diversidade Sexual	Infância(s)
Relações de Gênero	Diferença Sexual	Criança(s)
Estereótipos de Gênero	Discriminação Sexual	Criança(s) pequena(s)
Expressão de Gênero	Orientação Sexual	Bebê(s)
Performatividade de Gênero	Violência Sexual	Brinquedo(s)
Ideologia de Gênero	Corpo/corporeidade	Brincadeira(s)
Estudos de Gênero	Queer	Cotidiano
Questões de Gênero	Sexismo	Espaço Físico
Diferenças de Gênero	Expressão da Sexualidade	Pedagogias Infantis
Equidade de Gênero	Manifestação da Sexualidade	Pedagogias da Infância
Binarismo de Gênero	Educação Sexual	Educação e Cuidado
Discriminação	Homoafetividade	Professora Mulher
Feminilidade(s)	Homossexualidade	Professor Homem
Masculinidade(s)	Homofobia	Currículo
Menina(s)	Intersexualidade	Culturas Infantis
Menino(s)	Bissexualidade	Culturas lúdicas
Co-educação	Heterossexualidade	Políticas Públicas
Estudos sobre mulheres	Heteronormatividade	Práticas Pedagógicas
Estudos sobre homens	Violência contra as mulheres	Formação Docente
Estudos feministas	Transexualidade	Magistério
Feminismo(s)	Gay	DCNEI
	Lésbica	BNCC

Fonte: elaborado pelos autores.

No escopo metodológico deste estudo, foram selecionadas fontes de busca específicas para dissertações, teses e artigos científicos. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram eleitos para a busca de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Em relação aos artigos científicos, a pesquisa foi conduzida nos Portais SciELO Brasil e de Periódicos da CAPES. A escolha dessas plataformas fundamentou-se na sua capacidade de indexar um vasto número de trabalhos e na disponibilidade de acesso gratuito.

○ procedimento adotado consistiu na utilização do recurso de busca por assunto, empregando, posteriormente, uma abordagem entrecruzada dos descritores previamente mencionados nos três campos de interesse desta pesquisa. Essa estratégia foi implementada visando à identificação mais precisa de trabalhos pertinentes ao escopo do estudo, de modo a assegurar a abrangência e a relevância das obras selecionadas e fortalecer, assim, sua fundamentação.

○ desenvolvimento do estudo seguiu as etapas sugeridas para a construção do estado do conhecimento por Morosini, Santos e Bittencourt (2021). Elas são: (I) bibliografia anotada, que se concretizou com o levantamento quantitativo; (II) bibliografia sistematizada, na qual a contagem da fase anterior passou por seleção mais direcionada a partir dos objetivos do estudo; (III) bibliografia categorizada, que marcou o refinamento da análise, realizando-se a categorização qualitativa das obras selecionadas. Desse modo, a abordagem qualitativa contribuiu para fundamentar de maneira mais robusta as conclusões e discussões do estado do conhecimento, enriquecendo a contextualização e interpretação dos resultados apresentados no artigo.

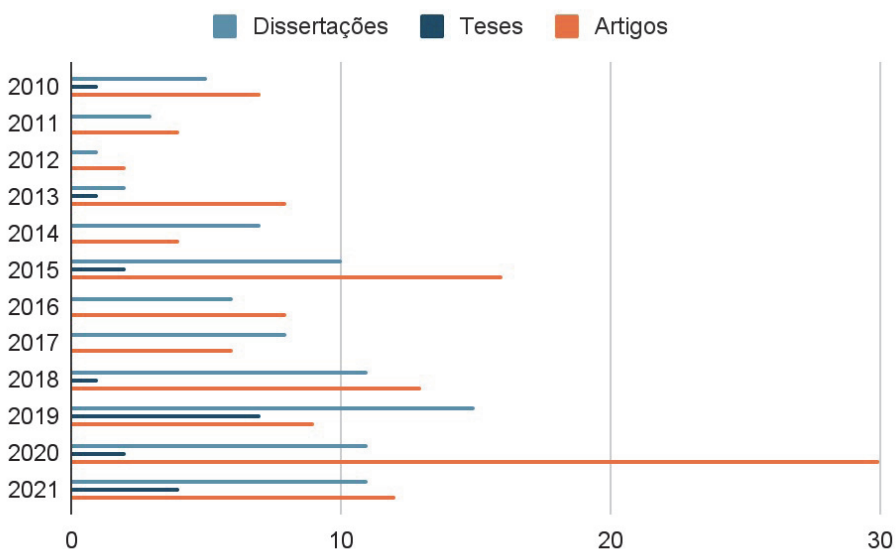
As fases do estado do conhecimento propiciaram o levantamento de dados quantitativos abrangentes e a análise detalhada da distribuição dos estudos relacionados a gênero, sexualidade e Educação Infantil. Esses dados foram categorizados considerando diferentes variáveis, tais como ano e tipo de publicação (dissertações, teses e artigos), regiões brasileiras, estados, universidades, programas de pós-graduação, áreas do conhecimento e abordagens metodológicas. A partir desse levantamento quantitativo, procedeu-se à produção de dados qualitativos mediante o agrupamento dos estudos em dez categorias temáticas de análise, as quais emergiram organicamente a partir dos temas preponderantes nos estudos. Eles revelaram, muitas vezes, entrecruzamentos temáticos que enriqueceram a compreensão do panorama acadêmico sobre a interseção de gênero, sexualidade e Educação Infantil.

Exploração abrangente sobre os estudos de gênero e sexualidade na Educação Infantil

Na primeira etapa do estado do conhecimento, a busca inicial nas bases de dados com os descritores para gênero, sexualidade e Educação Infantil resultou em 834 estudos, entre teses, dissertações e artigos. Os estudos foram organizados de modo a compor a tabela da bibliografia anotada, de acordo com o número, ano, autor, título, nível, palavras-chave e resumos.

Ela nos permitiu realizar a leitura flutuante dos resumos e verificar quais trabalhos estavam dentro do escopo elencado para o presente estudo. Além disso, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: estudos restritos ao campo da Educação Infantil, estudos que apresentam resumo, estudos disponíveis para leitura em meio digital. Nesse sentido, após a análise inicial das publicações, compusemos a tabela da bibliografia sistematizada, a qual gerou um banco de dados de publicações de 227 publicações com a temática pesquisada, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição das publicações por ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos estudos analisados, 13 são do ano de 2010 (5 dissertações, 1 tese, 7 artigos); 7 de 2011 (3 dissertações, 0 teses, 4 artigos); 3 de 2012 (1 dissertação, 0 teses, 2 artigos); 11 de 2013 (2 dissertações, 1 tese, 8 artigos); 11 de 2014 (7 dissertações, 0 teses, 4 artigos); 28 de 2015 (10 dissertações, 2 teses, 16 artigos); 14 de 2016 (6 dissertações, 0 teses, 8 artigos); 14 de 2017 (8 dissertações, 0 teses, 6 artigos); 25 de 2018 (11 dissertações, 1 tese, 13 artigos); 31 de 2019 (15 dissertações, 7 teses, 9 artigos); 43 de 2020 (11 dissertações, 2 teses, 30 artigos); 27 de 2021 (11 dissertações, 4 teses, 12 artigos).

A análise dos dados provenientes do Gráfico 1 revela uma abordagem na organização e classificação dos estudos identificados. Os resultados foram

sistematizados em tabelas anuais, discriminando as informações sobre autor, título, orientador, programa/área, universidade/região, resumo e palavras-chave, como propõem Morosini, Santos e Bittencourt (2021). Após essa tabulação, os estudos foram submetidos a uma leitura flutuante dos resumos, caracterizada por um contato inicial com os documentos, com a meta de selecionar aqueles que atendiam aos critérios de inclusão para análise (Bardin, 2016).

A análise quantitativa das dissertações, teses e artigos revelou uma distribuição temporal significativa. Por exemplo, em 2015, observa-se um aumento substancial no número de estudos, com destaque para o maior volume de dissertações e artigos. Em contraste, os anos subsequentes, como 2016 e 2017, apresentam uma redução nas dissertações, enquanto 2018 e 2019 registram um aumento expressivo no número total de pesquisas. A variação anual na produção acadêmica evidencia tendências ao longo do tempo, fornecendo percepções valiosas sobre a dinâmica da pesquisa nesse domínio específico.

A análise contextualizada dos dados em relação aos investimentos no ensino superior no cenário político brasileiro revela padrões significativos. Inicialmente, observa-se que, nos anos iniciais da década de 2010, durante os governos Lula e Dilma, houve uma quantidade relativamente menor de estudos, com uma notável expansão a partir de 2015. Esse aumento coincide com a intensificação dos investimentos no ensino superior, promovidos nos governos anteriores. Contudo, os anos subsequentes, sob a administração do governo Bolsonaro, marcados por redução de investimentos e investidas ultraconservadoras, apresentam uma queda considerável na produção acadêmica, indicando uma possível influência desse contexto adverso marcado pela falácia da “ideologia de gênero” como ameaça para a educação de crianças (Junqueira, 2022).

Além disso, é pertinente destacar que, no ano de 2014, quando ocorreram discussões sobre a retirada do termo “gênero” do documento do Plano Nacional de Educação, nota-se uma significativa redução no número de teses e um aumento no número de dissertações e artigos. Esse dado pode estar relacionado às mudanças políticas e ideológicas que permearam esse período, sugerindo uma reação e mobilização acadêmica em resposta às ameaças de retrocesso nas discussões promovidas por movimentos antigênero.

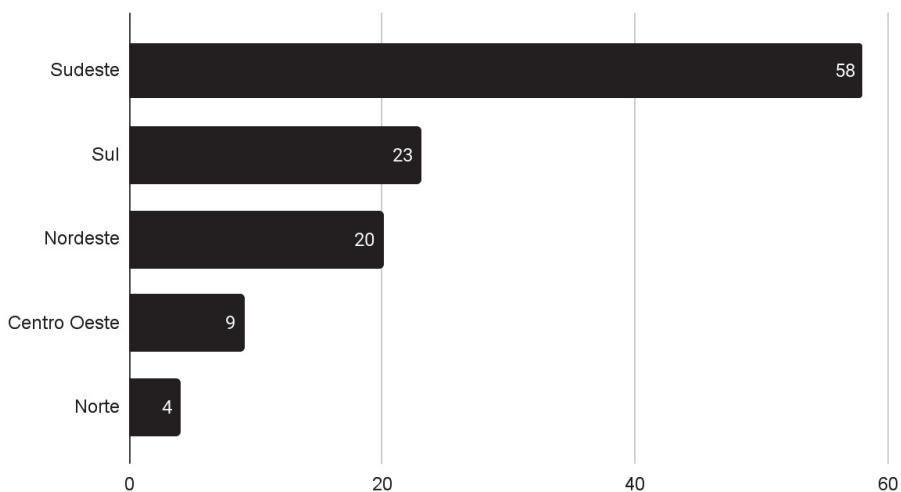
A variação nas produções acadêmicas ao longo desses anos também pode refletir as dinâmicas e debates em torno das políticas educacionais, destacando a importância das questões de gênero e sexualidade no contexto

educacional. Em suma, os dados levantados sugerem que as transformações políticas e ideológicas no Brasil impactaram de maneira tangível a produção acadêmica sobre essas temáticas, evidenciando sua sensibilidade às mudanças no cenário político e educacional do país.

Análise geográfica: evolução dos estudos por região brasileira

Conforme evidenciado pelo Gráfico 1, a análise abrangente dos estudos realizados no período entre 2010 e 2021 revela uma expressiva produção, indicando a capacidade de a academia responder às investidas ultraconservadoras. A fim de examinar a origem geográfica das dissertações e teses, procedeu-se ao levantamento por região do país, dada a centralização dessas informações nos repositórios do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Vale ressaltar que, nessa análise, os artigos foram excluídos, uma vez que, embora os periódicos possuam origens em diversas regiões brasileiras, os estudos nem sempre foram conduzidos nas regiões correspondentes às dos seus veículos. Essa delimitação proporciona uma visão mais precisa sobre a distribuição geográfica das produções acadêmicas, elucidando o alcance regional dos estudos sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil, como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição das dissertações e teses por região



Fonte: Elaborado pelos autores.

No Gráfico 2, observa-se uma disparidade regional nas produções acadêmicas sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil. Na região Norte, foram identificados quatro estudos, todos configurados como dissertações. O Nordeste destaca-se como uma região com uma produção considerável, totalizando vinte estudos, dos quais quinze são dissertações e cinco são teses. A região Centro-Oeste apresenta uma contribuição significativa com o registro de nove estudos, sendo oito dissertações e uma tese. Por sua vez, a região Sudeste emerge como o principal polo de produção, totalizando cinquenta e oito estudos, dos quais quarenta e oito são dissertações e dez são teses. A região Sul, embora menos proeminente em comparação com o Sudeste, ainda contribuiu substancialmente com vinte e três estudos, distribuídos entre vinte e uma dissertações e duas teses.

Essa análise geográfica permite uma compreensão mais refinada das dinâmicas regionais na produção acadêmica sobre o tema em questão, destacando áreas com maior ou menor representatividade e sinalizando possíveis assimetrias no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à temática. Considerando o contexto socioeconômico e cultural diversificado entre as regiões, essas disparidades podem ser interpretadas como reflexo de nuances regionais que permeiam as discussões acadêmicas nesse domínio específico.

Nesse sentido, na região Norte, a identificação de apenas quatro estudos, todos na categoria de dissertações, destaca-se como um indicativo da necessidade de maior fomento à pesquisa nessa área. No Nordeste, que apresenta uma produção expressiva de vinte estudos (quinze dissertações e cinco teses), destaca-se a diversidade de abordagens e temas explorados, refletindo um cenário acadêmico robusto na região. A contribuição significativa da região Centro-Oeste, com o registro de nove estudos (oito dissertações e uma tese), sugere uma presença consolidada de pesquisas sobre gênero e sexualidade nesse contexto.

O Sudeste, como principal polo de produção, reflete não apenas a predominância de instituições de ensino superior e programas de pós-graduação na região, mas também uma resposta acadêmica importante às demandas e discussões emergentes sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil. Por outro lado, a região Sul, embora menos proeminente em comparação ao Sudeste, ainda contribuiu de maneira substancial, evidenciando uma presença consolidada de pesquisas na área.

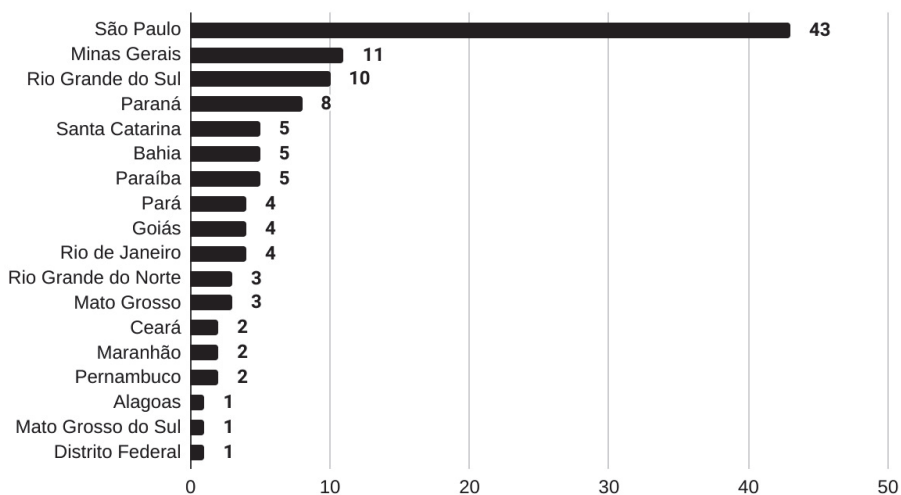
É crucial considerar que essas disparidades regionais podem ser influenciadas por fatores como investimentos em pesquisa, estrutura acadêmica, histórico cultural e demandas locais específicas. Além disso, ao

vincular esses dados à identificação das universidades e programas de pós-graduação responsáveis pelos estudos, bem como aos grupos de estudos sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil, será possível traçar um panorama mais completo das dinâmicas acadêmicas e das redes de pesquisa que contribuem para o avanço do conhecimento nessa interseção de temas no contexto brasileiro.

Produção dos estudos sobre gênero, sexualidade e educação infantil nos estados brasileiros

A análise da distribuição dos estudos sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil produzidos entre 2010 a 2021 por estado brasileiro é de suma importância para elaboração do estado do conhecimento nessa área específica. Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas regionais e das particularidades que permeiam as pesquisas desenvolvidas em cada estado. Ao examinar a distribuição geográfica pelos estados, torna-se possível identificar padrões, assimetrias e lacunas na produção acadêmica, proporcionando percepções valiosas para a formulação de políticas educacionais, direcionamento de investimentos em pesquisa e promoção de iniciativas que fortaleçam o debate e a produção de conhecimento sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil em âmbito nacional. Além disso, essa análise contextualizada contribui para a construção de um panorama mais abrangente e representativo, considerando as diversidades socioculturais e as demandas específicas de cada região brasileira, enriquecendo, assim, o entendimento sobre a interseção desses temas cruciais no contexto educacional do país. Assim, apresentamos a distribuição dos estudos por estados brasileiros no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Distribuição das dissertações e Teses por Estado



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao realizar uma análise aprofundada dos dados apresentados no Gráfico 3, observa-se que o estado de São Paulo detém a preeminência com 43 publicações, destacando-se como o principal polo de produção acadêmica nesse contexto. Em sequência, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná figuram com 11, 10 e 8 pesquisas, respectivamente. Estados como Santa Catarina, Bahia e Paraíba apresentam uma quantidade equivalente de 5 estudos cada, enquanto Pará, Goiás e Rio de Janeiro contribuem com 4 pesquisas cada. No mesmo contexto, observa-se que Rio Grande do Norte e Mato Grosso registram 3 publicações cada, seguidos por Ceará, Maranhão e Pernambuco, os quais apresentam 2 estudos cada. Estados como Alagoas, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal contribuem com uma pesquisa cada. A análise desses dados permite inferir que a expressiva quantidade de teses e dissertações provenientes dos estados situados nas regiões Sudeste e Sul do país pode ser atribuída à concentração dessas localidades como os principais centros de ensino e pesquisa, abrigando uma quantidade substancial de programas de pós-graduação.

A inferência plausível acerca da significativa quantidade de pesquisas sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil na região Nordeste, em comparação com outras regiões brasileiras, particularmente o Sudeste e Sul, pode ser associada a uma combinação de fatores socioeconômicos e culturais. A elevada produção acadêmica a respeito dessa temática na região Nordeste

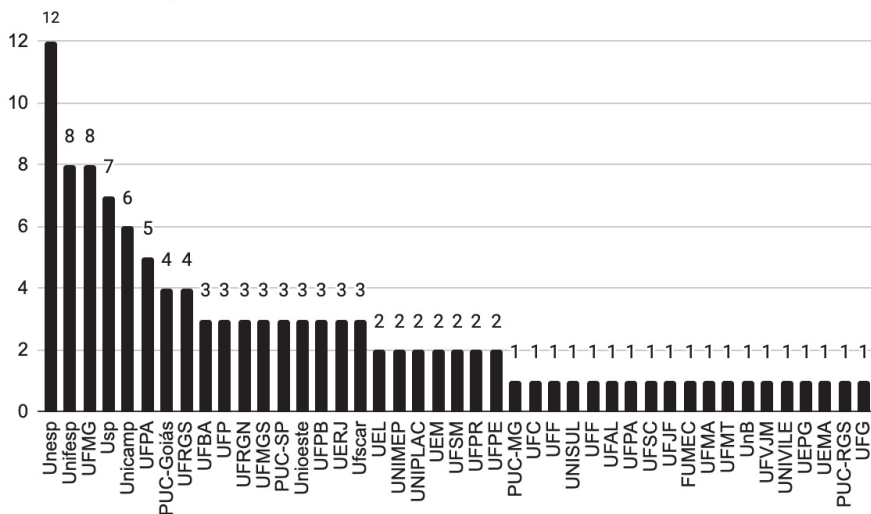
pode ser reflexo do reconhecimento da importância dessas questões para o desenvolvimento educacional e social da região. Além disso, a diversidade cultural e as particularidades socioeconômicas presentes no Nordeste podem propiciar um ambiente propício para a realização de estudos que buscam compreender e abordar as interseções entre gênero, sexualidade e a Educação Infantil.

Contudo, a observação de que o Nordeste se posiciona atrás apenas das regiões Sudeste e Sul em termos de produção acadêmica sugere que a concentração de instituições de ensino e pesquisa, bem como a infraestrutura para estudos avançados nessas áreas, é mais expressiva nessas regiões do país. Assim, a disparidade na quantidade de pesquisas entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas pode refletir desigualdades estruturais e investimentos desigualmente distribuídos em infraestrutura educacional e científica. Em suma, a preponderância do Sudeste e Sul na liderança em pesquisas sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil sugere uma correlação com a concentração de recursos e oportunidades educacionais nessas áreas geográficas.

Produção dos estudos sobre gênero, sexualidade e educação infantil nas instituições de ensino superior brasileiras

A distribuição sistemática de teses e dissertações por instituição de ensino superior configura-se como um procedimento de relevância para a configuração e atualização deste artigo. O exame minucioso dos dados revela um aspecto particularmente notável no que concerne à proveniência dos programas de pós-graduação, salientando a expressiva predominância de pesquisas conduzidas em ambientes universitários públicos. Esta constatação, explicitada no Gráfico 4, evidencia-se como uma dimensão significativa na análise das contribuições científicas no campo em questão. Das 114 pesquisas objeto de escrutínio, observa-se que dentre as 43 instituições que as originou, as que concentram o maior volume de publicações são de natureza pública. Dentre essas, 25 estão vinculadas a instituições públicas federais, 8 a instituições públicas estaduais, restando 10 instituições privadas. A predominância das universidades públicas na produção científica sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil ressalta não apenas a excelência acadêmica dessas instituições, mas também a relevância do apoio público para o fomento e desenvolvimento da pesquisa científica nas ciências educacionais.

Gráfico 4- Distribuição das teses e dissertações por Instituição de Ensino Superior

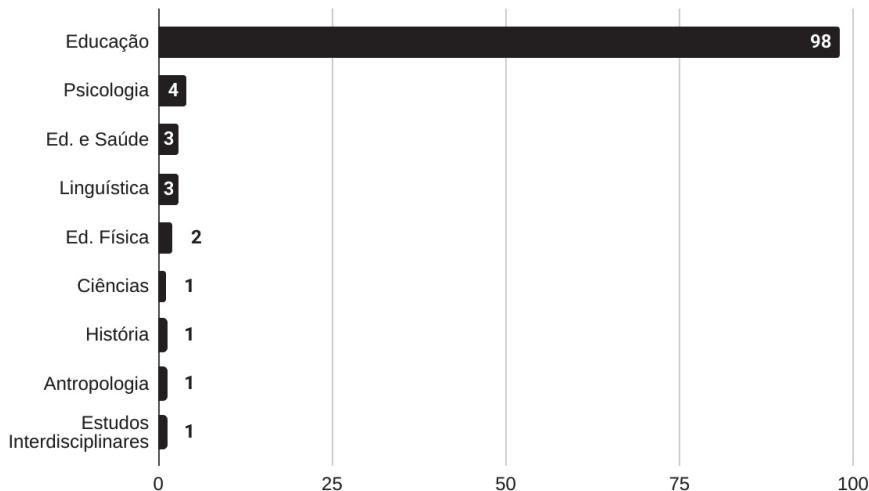


Fonte: Elaborado pelos autores.

Produção de teses e dissertações sobre gênero, sexualidade e educação infantil por programas de pós-graduação

Na análise, buscou-se também distribuir os estudos de acordo com os programas de pós-graduação de origem dos estudos, conforme demonstrado no Gráfico 5. Notamos que os programas de pós-graduação em Educação figuram como a principal fonte de produção acadêmica, contribuindo com um total de 98 publicações. Esse expressivo número ressalta a centralidade e relevância dos estudos no âmbito da Educação no contexto da interseção entre gênero, sexualidade e Educação Infantil. Em sequência, observa-se uma distribuição mais restrita de contribuições oriundas de outros campos do conhecimento, destacando-se os programas de Psicologia, com 4 pesquisas; seguido pelo programa de Educação e Saúde, contabilizando 3 pesquisas; e Linguística, juntamente com Educação Física, cada uma com 2 pesquisas. As demais áreas acadêmicas, a saber, Estudos Interdisciplinares, Antropologia, História e Ciências, apresentam uma contribuição de 1 estudo cada. A concentração preponderante de publicações nos programas de pós-graduação em Educação revela a centralidade deste campo na produção de conhecimento acerca das temáticas em foco.

Gráfico 5 - Distribuição das Teses e Dissertações por Programas de Pós-Graduação

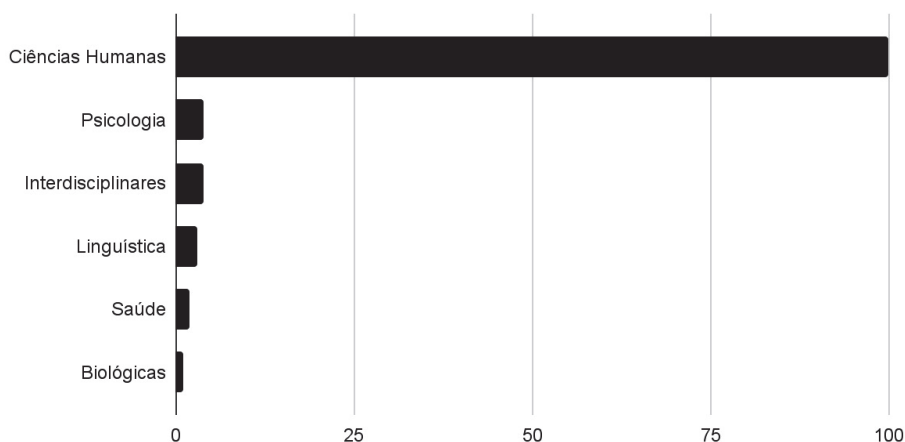


Fonte: Elaborado pelos autores.

Produção das teses e dissertações sobre gênero, sexualidade e educação infantil por áreas de conhecimento

No Gráfico 6, observa-se a distribuição dos trabalhos por área do conhecimento. Percebemos que a esfera das Ciências Humanas, abarcando disciplinas como Educação, Antropologia e História, ostenta uma preponderância, englobando um total de 100 estudos, equivalente a 87,7% do conjunto. Em sequência, identificam-se áreas como Psicologia, que registra 4 estudos (3,5%), Estudos Interdisciplinares, com idêntico número de estudos (3,5%), Linguística, com 3 estudos (2,6%), Ciências da Saúde, compreendendo a Educação Física, que contribui com 2 estudos (1,8%), e Ciências Biológicas, que figura com 1 estudo (0,9%).

Gráfico 6 - Distribuição das teses e dissertações por Área do Conhecimento



Fonte: Elaborado pelos autores.

Produção das teses, dissertações e artigos organizados em categorias temáticas

Buscou-se também sistematizar e analisar a gama de pesquisas disponíveis com relação às temáticas de pesquisas. O Quadro 2 ilustra o procedimento de categorização dos estudos agrupados em cinco categorias temáticas distintas. Essas categorias, por sua vez, foram subdivididas em subcategorias, refinando ainda mais a organização temática e permitindo uma análise mais detalhada das nuances presentes nos estudos.

Quadro 2 – Categorias e subcategorias temáticas

CATEGORIA - NÚMERO DE ESTUDOS	SUBCATEGORIA - NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
1 - Educação Infantil e Docência – 81	Professora Mulher/Feminilidades – 9 Professor Homem/Masculinidades – 46 Formação Docente – 20 Docência na Educação Infantil – 6
2 - Práticas Pedagógicas – 75	Lúdico, Brincadeira, Brincar, Jogos – 32 Desenhos infantis – 3 Cuidar/Educar na Educação Infantil – 8 Literatura Infantil, gênero e sexualidade – 5 Cotidiano/Rotina escolar da Educação Infantil – 25 Material didático – 2
3 - Corpo, manifestações de gênero e Sexualidade Infantil – 44	Concepções docentes sobre a sexualidade das crianças – 29 Corpo/Corporeidade/Expressão Corporal – 15
4 - Políticas Públicas – 16	Jardim de Infância/Creche/Pré-escola – 2 Currículo – 10 Documentos orientadores e Institucionais – 4
5 - Temas Atualidades - 11	Violências de gênero – 2 Escola laica, religião na Educação Infantil – 2 “Ideologia de gênero” – 4 Intersecções: Gênero/Sexualidade/Raça/Classe – 3

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados revelam um amplo e diversificado interesse acadêmico no tema de gênero e sexualidade na Educação Infantil no Brasil entre 2010 e 2021. Tal diversidade de perspectivas reflete a complexidade e a relevância do tema, evidenciando a necessidade de uma compreensão abrangente e sensível das questões de gênero e sexualidade na Educação Infantil no contexto brasileiro.

Diante da análise das subcategorias e do conjunto de estudos levantados, algumas lacunas e áreas pouco exploradas se destacam. Primeiramente, há uma necessidade de maior representatividade de outras identidades de gênero, como pessoas não binárias e transgêneras, cujas experiências e necessidades específicas dentro do contexto educacional infantil ainda são pouco abordadas. Além disso, apesar da quantidade significativa de estudos sobre práticas pedagógicas relacionadas a gênero e sexualidade, há uma lacuna na pesquisa que avalie a eficácia dessas intervenções na promoção de uma educação inclusiva e sensível ao gênero.

Outra lacuna identificada é a necessidade de uma análise mais aprofundada da influência das políticas públicas e das diretrizes curriculares na abordagem de questões de gênero e sexualidade nas instituições de ensino. Ademais, há uma carência de estudos que explorem as perspectivas das famílias e comunidades sobre essas questões, o que pode ser crucial para promover parcerias eficazes entre escola, família e comunidade. Por fim, a abordagem interseccional e sensível à diversidade também emerge como uma lacuna importante, com uma necessidade de análise mais aprofundada das interseções entre gênero, raça, classe e outras dimensões de desigualdade para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

3 Considerações finais

○ atual contexto em que vivemos exige que o debate sobre as questões de gênero deixe de ser silenciado e passe a ser tratado de forma mais aberta e dialógica, uma vez que as desigualdades e as violências de gênero se evidenciam a todo momento. ○ desenvolvimento de pesquisas no campo da Educação Infantil assume esse compromisso, problematizando as desigualdades de gênero e seus reflexos na vida das crianças, de suas famílias e das creches e pré-escola, na direção da garantia dos direitos de meninas e meninos (Finco, 2010).

○ mapeamento feito das teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos sobre gênero, sexualidade e Educação Infantil apresenta um panorama significativo de pesquisas. Destaca a potência do debate de gênero e sexualidade como uma ferramenta acadêmica e política significativa para pensar as transformações em nossa sociedade. Esse tipo de pesquisa representa a possibilidade de diagnosticar e refletir sobre as diferentes formas de desigualdades, preconceitos e violências de gênero em nossa sociedade.

Na contramão dos discursos reacionários e das investidas sobre gênero entendido como um movimento sem nenhum elo científico, o crescimento das pesquisas realizadas neste campo tem mostrado sua força e consolidação. Mesmo diante de um cenário político desafiador em que a pauta sempre é referida pelos ultraconservadores como um discurso perigoso e que precisa ser combatido (Vianna; Unbehaum, 2016), a questão do gênero resiste ao se estabelecer como objeto da ciência.

Podemos compreender, assim, que as pesquisas ligadas às questões sociais e às teorias de gênero podem ser poderosas armas para apontar as desigualdades, pois nos ajudam a entender por que, apesar dos direitos conquistados nas últimas décadas, estamos retrocedendo no campo dos

direitos. Nesse sentido, a questão do gênero é um campo de possibilidade para compreender a organização social e a afirmação dos direitos. A teoria produzida nas últimas décadas e a contribuição deste campo de pesquisa, juntas aos movimentos sociais, se mostraram cruciais para compreensão e transformação das desigualdades sociais de gênero no âmbito político, social e cultural (Biroli, 2018).

Refletir sobre os movimentos ultraconservadores e seus efeitos no contexto da educação se torna um desafio necessário, considerando que eles ocuparam um espaço estratégico na educação. Ao tomar o gênero como objeto de disputa, podemos entender que a lógica antigênero deixou de ser uma estratégia de mobilização política dispersa no tecido sócioinstitucional para se converter em política pública explícita (Vianna; Carvalho 2020).

Diante da análise das categorias e subcategorias, e do conjunto de estudos mapeados nesta pesquisa, é possível identificar diversas lacunas e áreas pouco exploradas emergem. Além das necessidades previamente identificadas, há uma carência significativa de estudos que investiguem o caráter heteronormativo e de branquitude do Estado e o impacto disso em suas políticas públicas relacionadas à Educação Infantil. Carece-se de pesquisas que abordem de forma mais ampla as interseções entre gênero, sexualidade, raça e classe, incluindo uma análise mais profunda das experiências de comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo.

Outra lacuna evidente é a falta de estudos sobre a questão transexual e transgênero na Educação Infantil, bem como a ausência de pesquisas sobre homofobia, lesbofobia, transfobia, além da invisibilidade das famílias homoparentais, dentro das instituições de Educação Infantil. A interseccionalidade entre campo e cidade também surge como uma área pouco explorada, com pouca atenção dada às particularidades das comunidades rurais em relação às questões de gênero e sexualidade na Educação Infantil. Abordar essas lacunas não apenas contribuiria para uma compreensão mais abrangente e sensível das questões de gênero e sexualidade na Educação Infantil, mas também informaria o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais inclusivas e equitativas no contexto brasileiro.

Apesar de as disputas travadas no campo educacional em relação à abordagem de gênero terem se intensificado, incluindo aumento dos episódios de censura e de acusações que vemos noticiados publicamente (Gava, 2023), o campo de pesquisa se mostra promissor. Revela cada vez mais que se fazem necessários espaços de resistência para debater gênero e sexualidade na sociedade, tendo a escola como o elo social enriquecedor que possibilita tais discussões. Finalizamos destacando como a produção

científica se torna uma forma de resistência no Brasil: pesquisar e publicar sobre gênero e educação hoje é resistir.

Referências

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da Educação Superior no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 4, v. 32, p. 49-72, out./dez., 2016.

FINCO, Daniela. **Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças**: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FURLIN, Neiva. Do gênero à “ideologia de gênero” no campo das políticas educacionais: apontamentos teóricos, históricos e políticos. **Revista Práxis Educacional**, Salvador, v. 17, n. 44, p. 465-487, jan./mar. 2021.

GAVA, Thais Cristina Montaldi. **O ovo de Serpente**: o discurso antigênero como elemento na disputa pela função social da educação escolar. (Tese de doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**. Um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras/Livres, 2022.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Vanessa Jorge. A captura das crianças e dos adolescentes: refletindo sobre controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade nas políticas de educação. **Revista Série-Estudos**, Campo Grande, v. 24, n. 52, p. 11-30, set./dez., 2019.

LIONÇO, Tatiana; ALVES, Ana Clara de Oliveira; MATTIELLO, Felipe; FREIRE, Amanda Machado. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que força cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Revista Psicologia Política**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 43, p. 599-621, set./dez. 2018.

MEGALI NETO, Almir; TEÓFILO, João; BASTOS, Sophia Pires. Desmonte da Educação: o anti-intelectualismo no governo Bolsonaro. In: MEYER, Emílio

Peluso Neder; OLIVEIRA, Mariana Rezende; VALE, Glaura Cardoso; BASTOS, Sophia Pires. **Democratizando**: um inventário sobre pandemia e democracia no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2022.

MOROSINI, Marília., SANTOS, Pricila Kohls; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

SCHIBELINSKI, Diego. “Isso é coisa do capeta!” O papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 15-38, jan./abr., 2020.

SILVA, Peterson. R.; SILVA, Tássio J.; FINCO, Daniela. Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, n. 58, 2020.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. Discursos antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 8, p. 10-35, jul./dez., 2020.

VIANNA, Cláudia P.; UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas públicas: elementos para repensar a agenda. In: CARREIRA, Denise; *et al.* **Gênero e educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.

VIANNA, Cláudia P.; CARVALHO, Marília. **Gênero e Educação**: 20 anos construindo conhecimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Recebido em fevereiro de 2024.

Aprovado em setembro de 2024.